


Acusador do EXPRESSO passa a acusado

Preso ex-director de serviços da Universidade de Aveiro

O EX-DIRECTOR dos Serviços Sociais da Universidade de Aveiro, João Peliz Ribeiro, foi preso na semana passada pela Polícia Judiciária, por suspeita da prática de actos de corrupção, peculato e burla. Segundo apurámos, alguns desses presumíveis crimes são os que o EXPRESSO já denunciara em Novembro de 1983, numa reportagem que levou o seu autor, Celestino Amaral, a sentar-se no banco dos réus juntamente com o director deste jornal, José António Saraiva. Peliz Ribeiro considerava-se difamado por entender que tais denúncias eram caluniosas e falsas. Volvido este tempo, e enquanto o processo movido ao EXPRESSO ainda decorre, o queixoso vai

das averiguações para a descoberta da verdade); por outro lado, admitiu-se que ele poderia aproveitar a situação de liberdade provisória para se ausentar, tanto mais que disporá de meios para isso.

Neto Brandão, advogado de Peliz Ribeiro, afirmou-nos, entretanto, que tencionava recorrer do despacho do juiz, pois entende não ser de recear que o arguido prejudique as averiguações em curso, uma vez que ele se encontra já desligado dos Serviços Sociais da Universidade de Aveiro.

«Isto agora vai até ao fim...»

A queixa de João Peliz Ribeiro contra o EXPRESSO

agora ter que responder como réu em processo-crime.

João Peliz Ribeiro, que desde Janeiro já não dirige os Serviços Sociais da Universidade de Aveiro por ter passado à reforma, foi apresentado na sexta-feira da última semana ao juiz de Instrução Criminal de Aveiro. Depois de algumas horas de interrogatório, o juiz entendeu validar a prisão. Pelo que soubemos, a decisão de não libertar provisoriamente o réu, mediante pagamento de caução, ter-se-á baseado em dois pontos: por um lado, entendeu-se que ele mantém um grande ascendente sobre eventuais testemunhas e declarantes (e que, desse modo, poderia prejudicar o prosseguimento

SO, por alegado abuso de liberdade de Imprensa, acabou por ter, indirectamente, bastante responsabilidade na situação que agora eclodiu. O julgamento do EXPRESSO, sabe-se hoje, veio «despertar» um processo que já antes tinha sido apresentado pela Associação de Estudantes contra o director dos Serviços Sociais da Universidade mas que se encontraria de algum modo «adormecido» — ou paralisado no meio de milhares de outros.

Mais do que isso, o julgamento veio evidenciar uma nova série de elementos sobre presumíveis irregularidades cometidas por Peliz Ribeiro, e delas foram sendo extraídas certidões. Quando, algum tempo depois, o Mi-

nistério Público requereu os serviços da Polícia Judiciária para a investigação do processo, este ia já bastante mais documentado. Por outro lado, ainda no decurso das investigações terão sido detectadas várias outras irregularidades além daquelas que a Associação de Estudantes e o EXPRESSO tinham avertido. Parece, assim, ter-se confirmado de algum modo aquilo que comentavam muitos dos assistentes ao julgamento do jornal: à medida que prosseguiam as audiências, Peliz Ribeiro transformava-se cada vez mais de acusador em acusado...

Recordamos que, na base de todo este processo, esteve a adjudicação de obras e de equipamentos aos Serviços Sociais da UA em condições pouco claras: concursos aparentemente viciados, favoritismos, pagamentos duvidosos. Quando o assunto começou a ser escalpelado

em tribunal, o juiz do caso contra o EXPRESSO, Maio Macário, considerou que não estavam já em causa só os Serviços Sociais, mas toda a Universidade de Aveiro, e dedicou-se a interrogar exaustivamente as testemunhas. «Isto agora vai até ao fim, doa a quem doer...» — comentou em certa altura.

Põe-se agora, naturalmente, a questão de saber até que ponto a prisão de

Peliz Ribeiro — com o competente processo que se lhe segue — poderá influir no julgamento do EXPRESSO que ainda não terminou. A última audiência realizou-se há mais de um ano, mas foi interrompida porque a advogada do jornal levantou um incidente de falsidade, pelo que houve que recorrer à peritagem de certos documentos. A detenção de Peliz Ribeiro irá

certamente influenciar a decisão da causa. Recorde-se, aliás, que no início da audiência a defesa dos jornalistas anunciara a intenção de pedir a condenação de Peliz Ribeiro como «litigante de má fé» — uma vez que o queixoso sabia que os factos relatados na reportagem eram verdadeiros.

Joaquim Fidalgo

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Serviços sociais  
Univ. Aveiro

